

370

## INFORMAÇÕES GERADAS PELA CONTABILIDADE DE GESTÃO COMO MECANISMO DE MINIMIZAÇÃO DE CONFLITOS DE AGÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Doutor/Ph.D. Aldo Cesar da Silva Ortiz [ORCID iD](#)<sup>1</sup>, Doutor/Ph.D. Carlos Alberto Diehl [ORCID iD](#)<sup>2</sup>,  
Doutor/Ph.D. Ediléia Gonçalves Leite [ORCID iD](#)<sup>1</sup>, Doutor/Ph.D. Luiz Henrique Figueira Marquezan [ORCID iD](#)<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso, Brazil. <sup>2</sup>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. <sup>3</sup>Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil

**Doutor/Ph.D. Aldo Cesar da Silva Ortiz**

[0000-0001-5760-9915](#)

**Doutor/Ph.D. Carlos Alberto Diehl**

[0000-0002-2382-6070](#)

**Doutor/Ph.D. Ediléia Gonçalves Leite**

[0000-0003-4204-3693](#)

**Doutor/Ph.D. Luiz Henrique Figueira Marquezan**

[0000-0003-2935-3099](#)

### Resumo/Abstract

A pesquisa une a problemática da assimetria de informação presente na relação de agência, analisada com enfoque na relação entre o agente ( executivo eleito) e o principal (poder legislativo). Objetiva-se determinar se as informações geradas pela contabilidade de gestão têm o papel de ferramenta de governança ao reduzir a assimetria de informação entre gestores eleitos e o legislativo municipal. Para isso, a pesquisa faz uso de dados coletados no ano de 2020, primários e secundários, coletados nos municípios da região sudoeste do estado de Mato Grosso, com abordagem quantitativa, utilizando uma técnica estatística de regressão linear múltipla para testar as hipóteses. Os achados indicam que as informações geradas pela contabilidade de gestão têm o papel de ferramenta de governança e reduzem a assimetria de informação entre gestores eleitos e o legislativo no âmbito municipal. Os resultados são suficientes para entender como as informações e as ferramentas da contabilidade de gestão podem mitigar o conflito de agência existente no setor público, assim como sua utilização pode auxiliar o controle externo exercido pelo poder legislativo. Foi possível perceber também que as entidades do setor público têm foco nas divulgações de imposições legais, ou seja, informações meramente financeiras. A pesquisa contribui com a literatura, complementando-a com o entendimento, por parte



das entidades do setor público pesquisadas, sobre o papel das informações geradas pela contabilidade de gestão, elemento fundamental para a redução da assimetria informacional no setor público.

**Modalidade/Type**

Artigo Científico / Scientific Paper

**Área Temática/Research Area**

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector

## INFORMAÇÕES GERADAS PELA CONTABILIDADE DE GESTÃO COMO MECANISMO DE MINIMIZAÇÃO DE CONFLITOS DE AGÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### RESUMO

A pesquisa une a problemática da assimetria de informação presente na relação de agência, analisada com enfoque na relação entre o agente (executivo eleito) e o principal (poder legislativo). Objetiva-se determinar se as informações geradas pela contabilidade de gestão têm o papel de ferramenta de governança ao reduzir a assimetria de informação entre gestores eleitos e o legislativo municipal. Para isso, a pesquisa faz uso de dados coletados no ano de 2020, primários e secundários, coletados nos municípios da região sudoeste do estado de Mato Grosso, com abordagem quantitativa, utilizando a técnica estatística de regressão linear múltipla para testar as hipóteses. Os achados indicam que as informações geradas pela contabilidade de gestão têm o papel de ferramenta de governança e reduzem a assimetria de informação entre gestores eleitos e o legislativo no âmbito municipal. Os resultados são suficientes para entender como as informações e as ferramentas da contabilidade de gestão podem mitigar o conflito de agência existente no setor público, assim como sua utilização pode auxiliar o controle externo exercido pelo poder legislativo. Foi possível perceber também que as entidades do setor público têm foco nas divulgações de imposições legais, ou seja, informações meramente financeiras. A pesquisa contribui com a literatura, complementando-a com o entendimento, por parte das entidades do setor público pesquisadas, sobre o papel das informações geradas pela contabilidade de gestão, elemento fundamental para a redução da assimetria informacional no setor público.

**Palavras-chave:** Conflito de agência; Contabilidade de gestão; Divulgação de informações; Administração pública; Governança.

### 1. INTRODUÇÃO

O tema deste estudo apoia-se na Teoria de Agência, com a proposição de unir a contribuição de duas áreas do conhecimento para a redução da assimetria informacional nas entidades da administração pública: governança no setor público e contabilidade de gestão.

Uma das principais diferenças entre o modelo principal-agente do setor privado e o modelo principal-agente para o setor público é que no primeiro, o agente está ligado a somente um principal ou a um número reduzido deles, enquanto que, no setor público, na relação entre eleitor (principal) e político (agente), o segundo está ligado a vários principais, que, em virtude do sigilo do processo eleitoral, desconhece quais sejam – pode ter uma ideia, mas não certeza. (COSTA *et al.*, 2013).

Diante do exposto, a pesquisa aporta-se no pressuposto da assimetria de informação existente na relação entre as partes: o agente, representado pelo executivo eleito (prefeitos); e representando o principal, o poder legislativo (Câmara de Vereadores). Dessa relação, para dar suporte teórico, dispõe-se da primeira literatura, a governança no setor público, estudando assim os contratos existentes que procuram evitar ou diminuir os problemas que prejudicam a boa aplicação dos recursos públicos, intitulados problemas de agência.

As organizações públicas, nos seus diferentes níveis, sejam federal, estadual e municipal, vêm transformando o Estado por meio da implantação de novos modelos de gestão que impõem expressivas mudanças no modelo atual de gestão. A base desse modelo é a administração voltada para os resultados vinculados a uma visão estratégica e organizacional, buscando sempre a transparência, a responsabilidade e o compromisso com os objetivos propostos. Nesse cenário, a contabilidade de gestão e as informações geradas por ela podem trazer contribuições, pois o potencial informativo dos relatórios da contabilidade de gestão pode

atuar como redutor da assimetria informacional no nível dos atores envolvidos: executivo eleito e poder legislativo.

Diante da literatura que envolve a organização da administração pública atual e do aprimoramento necessário à eficácia da gestão pública frente aos anseios da sociedade, surge a Nova Gestão Pública voltada para resultados.

Dias *et al.* (2009) relatam que a Nova Gestão Pública, a *New Public Management* (NPM), é um termo genérico usado para justificar uma onda global de reformas no modelo das administrações públicas. Tais reformas buscam, primeiramente, diminuir diferenças entre a gestão pública e a gestão privada, bem como promover mudanças na concepção da ênfase na responsabilidade de processo para responsabilidades em termos de resultados, enfatizando a profissionalização e o uso de práticas já adotadas nas empresas do setor privado.

É na gestão pública que os agentes públicos deverão desenvolver suas atividades sempre com o foco na eficiência administrativa, contida na CF/88 pela emenda constitucional nº 19, como um dos princípios básicos da administração pública. Com esse princípio, pretende-se garantir a geração de resultados úteis, eficazes, racionais e econômicos. (MORAIS, 2009). Surge aí a proposta de poder aplicar rotinas da administração privada no setor público, no qual o conflito de agência, já muito claro no setor privado e com inúmeros estudos para a sua mitigação, sirva para poder ajudar a administração pública nesse processo de melhoria de gestão.

A teoria da agência, demonstrada na relação principal-agente, tem por base doutrinária estudos que conjugam com o tema da governança corporativa, peculiar do setor das empresas privadas. Entretanto, os aspectos dessa teoria adaptam-se à perspectiva da governança aplicada ao setor público, governança pública, na qual a relação de agência é identificada nas interações entre sociedade e Estado, em especial entre cidadãos (principal) e agentes públicos (agente).

Assim como os agentes de mercado, os agentes públicos também são pessoas racionais, avaliativos e maximizadores de sua própria utilidade. (DOWNS, 1957; ZIMMERMAN, 1977). Então, a manipulação real de informações geradas pela contabilidade seria um produto das escolhas racionais feitas por eles com o propósito de manter-se no poder ou de que suas vontades pessoais prevaleçam.

Contudo, o dilema da agência é qualificado tanto pelo conflito de interesses (na medida em que os interesses do agente nem sempre estão em consonância com os interesses do principal, haja vista as lacunas de informação do principal que possibilitam o desvio de finalidade por parte do agente) quanto pelo custo da agência (*Agency Cost*), isto é, o custo para alinhar a atuação do agente aos interesses do principal (JENSEN; MECKLING, 1976). Portanto, a Teoria da Agência busca explicar a “relação de agência”, isto é, a relação transacional entre os atores denominados de Agente e Principal.

Ainda em Jensen e Meckling (1976), os pesquisadores definem a relação de agência como um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (Principal) contratam outra pessoa (Agente) para executar algum serviço em seu nome, delegando ao contratado alguma autoridade à tomada de decisão. A Teoria de Agência analisa a relação principal-agente com preocupações sobre a sobrevivência das empresas participantes de um sistema diante da separação entre a propriedade e o controle, quando assim designadas a pessoas distintas.

Sobre o tema, esta pesquisa está lastreada no pressuposto do conflito de interesse entre as partes da relação de um sistema, a saber: o agente, representado pelo executivo eleito pelo povo; e o representante do principal, na figura do poder legislativo (Câmara Municipal). Dessa relação, decorre a preocupação em estudar os contratos que procuram evitar ou mitigar problemas causados quando o gestor público coloca os interesses pessoais, intitulados problemas de agência, acima dos interesses da administração pública. Sob esse aspecto da teoria da agência, a inquietação maior é criar mecanismos eficientes que garantam que o comportamento do executivo eleito esteja alinhado com o interesse da sociedade, representado

pelo poder legislativo. Ainda para Jensen e Meckling (1976), na relação existente entre ambas as partes, levando em consideração a maximização das suas utilidades pessoais, existe uma boa razão para acreditar que o agente (executivo) não agirá sempre no melhor interesse do principal (acionista). No caso da relação entre a câmara municipal e o executivo eleito, o primeiro pode limitar as divergências, fiscalizando as atividades do segundo e pactuando incentivos contratuais apropriados a ele.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo analisar a percepção da utilização das informações da contabilidade de gestão como mecanismo de minimização da assimetria informacional na relação entre os gestores municipais e o poder legislativo.

O presente trabalho é composto por cinco seções. A próxima seção apresenta a revisão da literatura. Na terceira seção, é apresentada a metodologia da pesquisa. Na quarta seção, tem-se a apresentação e discussão dos resultados. Na quinta seção, são apresentadas as considerações finais do estudo e por último as referências.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Teoria de Agência**

O fundamento científico deste estudo consiste na teoria de Agência, cujo marco inicial ocorreu a partir dos estudos de Adolph Berle e Gardiner Means, documentados na obra *The Modern Corporations and Private Property*, publicada no ano de 1932. (BERLE; MEANS, 1984). Os estudos seminais relacionados à teoria de Agência aportam-se aos estudos de Spence e Zechhauser (1971), Ross (1974), Jensen e Meckling (1976), Fama (1980) e Fama e Jensen (1983).

Em seu estudo, Spence e Zechhauser (1971) formularam cinco situações para investigar o efeito da informação sobre as ações de indivíduos em relação às agências de seguro, bem como os custos e riscos das agências de seguro para monitorar o comportamento dos seus segurados. Ross (1974) investigou os efeitos da remuneração para os gestores (agentes) como mecanismo para elevar o comprometimento dos agentes em prol do alinhamento dos interesses dos acionistas (principal). Jensen e Meckling (1976) investigaram como a participação dos gestores na estrutura de propriedade das organizações influencia no alinhamento dos interesses entre administradores e proprietários. Já Fama e Jensen (1983) relataram sobre o uso do conselho de administração como um sistema de informação para monitorar e mitigar as ações oportunistas dos *Chief Executive Officers* (CEOs) dentro das organizações. Os estudos citados são apontados como as primeiras expressões acadêmicas que debateram formalmente a relação de agência existente entre principal e agente e os mecanismos que podem ser empregados no ajustamento dos interesses dos atores envolvidos.

A teoria da Agência é uma teoria contratualista da organização que procura explicar o comportamento dos gestores e a forma como a assimetria de informação influencia o equilíbrio de poderes no seio de uma organização, abrindo margem à singularidade que tanto prejudica as boas práticas administrativas. (SATO, 2007). Segundo Hatch (1997), o problema de agência envolve o risco de o agente agir de acordo com seus interesses ao invés dos interesses do principal. Para evitar esses problemas de divergência de interesses, são realizados contratos cujo objetivo consiste em alinhar os interesses dos agentes com os de seus principais.

Assim sendo, o problema de agência pressupõe três fundamentos: assimetria de informação, conflitos de interesses e distinta disposição para assumir os riscos. Isso porque a relação principal-agente é definida com base na assimetria de informação, e se considerar-se que todas as partes envolvidas procuram potencializar suas intenções, há uma gama de razões para crer-se que o contratado nem sempre procederá de acordo com os interesses do contratante, o que oportuniza o surgimento dos conflitos de interesses entre as partes. (MACAGNAN, 2008). No presente estudo, entende-se que o principal, na relação contratual de agência, representa as entidades do setor público; com os seus executivos eleitos representam a figura

do agente nas entidades deste setor. Assim, esta pesquisa utiliza-se da abordagem de Jensen e Meckling (1976), que define um contrato em que um ator (o principal) tem poder sobre o comportamento de um outro ator (o agente) em seu favor, e o bem-estar do principal sofre influência das decisões do agente. Ainda assim, a alegação teórica da Teoria de Agência é identificar fatos conflitantes entre principal e agente, e, a partir deles, promover mecanismos de governança que minimizem esses conflitos entre as partes. (JENSEN; MECKLING, 1976).

Na atuação do principal, desenvolver habilidades que possibilitam saber se os agentes estão ou não agindo de acordo com os seus interesses dependerá das informações disponíveis a eles. Tais informações podem ser adquiridas por meio do monitoramento direto das ações dos agentes, ou indiretamente, pelos resultados produzidos. Contudo, como os resultados não dependem apenas das ações dos agentes, eles, nesses casos, passam a ter uma parcela do risco. (EISENHARDT, 1985). Dessa forma torna-se necessário compreender o pressuposto da assimetria de informação, apresentado a seguir.

### **2.1.1 Assimetria de Informação**

A assimetria de informação surge por meio do acesso diferenciado que agente e principal têm sobre as informações a eles disponibilizadas. Estudos demonstram que o processo eleitoral não traz garantia suficiente de que o representante (agente) atue no melhor interesse do representado (principal). Entretanto, seriam necessários outros instrumentos que pudessem colaborar com a redução da assimetria informacional entre a sociedade e o Estado.

A governança tem o propósito de estabelecer um conjunto de diretrizes para a regulação das ações ocorridas entre o principal e o agente, reduzindo o conflito de interesses por conta da assimetria informacional. Entretanto, a questão do problema de agência também se apresenta na gestão das entidades do setor público, que, segundo Sanchez (2005), parte da assimetria de informação, uma vez que as partes não possuem a mesma informação, colocando aquele que delegou o poder em posição de desvantagem.

A transparência na gestão e nas ações praticadas pela administração pública é um ponto de grande valor social. Com base nessa premissa, pode-se tratar a administração pública igualmente às atividades que ocorrem dentro das empresas privadas, em que os administradores assumem a função de gestores e a sociedade de proprietários. Sob esse argumento, aplica-se a Teoria de Agência, em que o principal expõe as necessidades aos agentes. Nesse contexto, o poder legislativo exerce uma função de grande importância ao exercer atividades que busquem minimizar os conflitos de agência no setor público, pois detém independência e autonomia e pode ter papel importante no aperfeiçoamento e controle que a sociedade deveria exercer sobre os agentes públicos. A seguir são abordados aspectos do conflito de agência no setor público.

### **2.1.2 Conflito de agência no setor público**

Os problemas que ocorrem com a falta de um controle eficiente e de instrumentos que proporcionam uma fiscalização eficaz dificultam avaliar se as ações executadas pelos gestores públicos estão atendendo aos anseios da sociedade. Os pontos que decorrem da relação de conflitos entre aqueles que delegam a gestão à administração pública (sociedade civil) e aqueles que recebem a delegação (gestor público) são caracterizados como conflitos na relação entre o principal e o agente. Em linhas gerais, a relação de agência surge por meio da delegação de poder e de representação por parte do mandante (principal) ao mandatário (agente). Na qual, o segundo atua em nome e por incumbência do primeiro. (MATIAS-PEREIRA, 2005).

Os conflitos de agência são mais visíveis à medida que se amplifica o nível de informações assimétricas entre principal e agente. Com a carência de informações simétricas, dois problemas de agência surgem: i) seleção adversa: um alto nível de dificuldade por parte do principal em não conseguir avaliar intuitivamente se o agente contratado é o mais

competente e honesto; ii) risco moral: o principal não consegue avaliar se os interesses do contratado de fato estão alinhados com os seus. (EISENHARDT, 1989).

No setor público, Niskanen *et al.* (1971) foi o pioneiro na aplicação da teoria principal-agente na relação interna entre políticos e burocratas. Segundo o autor, o líder de qualquer unidade administrativa do setor público busca maximizar o orçamento de sua unidade, aumentar o número de empregados, bem como aumentar seu poder e importância. Parte desses conflitos pode ser avaliada à luz da teoria da agência, que procura analisar as relações e os conflitos existentes entre os diversos atores de uma determinada rede de relacionamento. Neste estudo, o conflito de agência no setor público e assimetria de informação são contemplados no âmbito da governança pública.

### 2.1.3 Governança pública

Nas entidades do setor público, governança tem o mesmo sentido aplicado nas empresas privadas, constituindo-se de uma série de mecanismos cujo objetivo é assegurar o interesse dos cidadãos usuários de serviços públicos e de toda a sociedade. (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

A terminologia governança pública configura uma evolução dada ao termo Nova Administração Pública, relacionando assim também à Nova Gestão Pública. (SOUZA; SIQUEIRA, 2007). A governança pública remete também à distribuição de poder entre governo e sociedade quanto à tomada de decisões, enquanto a governança corporativa relata a maneira de como o Estado está sendo governado e gerenciado. (BHATTA, 2003).

Segundo Rossetti e Andrade (2001), há uma tendência significativa em transpor a teoria da governança corporativa do setor privado para o público. Nessa recolocação, os cidadãos contribuintes estão no lugar dos acionistas e são os principais para a governança pública, pois canalizam recursos para o Estado, de modo que este deve alocar tais receitas de maneira eficaz à obtenção de bens e serviços de interesse público. (PETERS; PIERRE, 1998; FONTES FILHO, J. R.; FONTES FILHO, J., 2003).

A transparência e a *accountability* são alguns dos princípios que a governança adota para recomendar rotinas de controle e acompanhamento na administração com o propósito de evitar problemas da relação existente entre o agente e o principal. (BIZERRA, 2011). A governança adotará, então, alguns mecanismos com o objetivo de discutir a minimização da assimetria de informação existente na administração pública e entre os diversos atores envolvidos, em especial, o poder legislativo, constituído para assim representar a população.

A legislação determina os instrumentos de governança necessários para levar as informações necessárias ao principal (cidadão), ao menos, por exemplo, no que se refere aos aspectos orçamentários e financeiros. Todavia, o principal (cidadão) não o utiliza ou pouco conhece os instrumentos que são colocados à sua disposição, causando assim a assimetria de informações. Esses instrumentos são contemplados também sob o âmbito da contabilidade e controle de gestão.

## 2.2 Contabilidade e Controle de gestão

O termo controle gerencial foi introduzido por Anthony (1965), que o definiu como sendo o processo de assegurar que os recursos sejam obtidos e utilizados, buscando a eficácia e eficiência na concretização dos objetivos da organização. O controle de gestão (CG) pode ser entendido como o “conjunto de processos (e seus instrumentos) formais e informais pelos quais a organização influencia o comportamento de seus agentes de forma a buscar o alcance de seus objetivos, por meio do uso de seus recursos”. (DIEHL, 2004, p. 90). Para Marquezan (2016, p. 36), o termo “agentes”, nesse entendimento, “não restringe ao mesmo sentido daquele tratado na Teoria de Agência, sendo amplo, referindo-se ao conjunto de pessoas envolvidas com a

organização que dela utilizam recursos e que suas ações interferem no alcance de seus objetivos”.

Os termos contabilidade, gestão, sistemas de contabilidade gerencial, sistemas de controle gerencial e controles organizacionais são, às vezes, usados de forma intercambiável. A contabilidade de gestão é composta por uma coleção de práticas, como orçamentação ou custeio de produtos, enquanto o sistema de contabilidade gerencial refere-se ao uso sistemático da contabilidade e gestão para alcançar os objetivos propostos. (CHENHALL, 2003). O autor relata ainda que as definições de sistemas de controle gerencial evoluíram ao longo dos anos de um enfoque burocrático e formal para auxiliar a tomada de decisões em um escopo de informações muito mais amplo.

Carenys (2012) traz, em seu estudo, que a contabilidade de gestão e o controle de gestão têm sido entendidos como conceitos praticamente sinônimos, uma vez que a contabilidade fornece uma linguagem capaz de incluir todas as áreas da organização e sempre foi atribuída a uma considerável orientação decisória, o que é especialmente verdadeiro no caso da contabilidade de gestão. Isso é particularmente verdade se considerar-se que os objetivos do sistema contábil de uma organização estão centrados nos três aspectos seguintes.

I – Produzir relatórios internos periódicos para a gestão, de modo a facilitar a informação e influenciar o comportamento das pessoas, no que diz respeito à gestão de custos, planejamento e controle das operações; II – Fornecer informações não periódicas ou especiais para decisões estratégicas ou táticas em questões como políticas de preços, seleção de produtos, investimentos em equipamentos, formulação de políticas gerais da empresa e planejamento de longo prazo; e III – Divulgar informações fora da empresa por meio de demonstrações financeiras destinadas a investidores, autoridades financeiras e outras pessoas e instituições. (HORNGREN; DATAR; RAJAN, 1991, p. 03).

Em sua obra, Diehl (2004) relata que o controle de gestão representa todos os métodos que a gestão utiliza para assegurar o cumprimento com as políticas e estratégias da empresa. Ou seja, é o processo pelo qual as organizações utilizam ferramentas que motivam e inspiram as pessoas para o cumprimento das metas e realização de suas estratégias.

Na administração pública, o controle tem ganhado cada vez mais importância principalmente no que se refere ao combate à corrupção, ao desperdício do erário público e na adoção de práticas de boa governança. A seguir, a metodologia deste estudo é descrita.

### 3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo. A justificativa para essa classificação se ancora na carência de pesquisas sobre o tema e por relatar as características da percepção da utilização das informações da contabilidade de gestão como mecanismo de minimização da assimetria informacional na relação entre os gestores municipais e o poder legislativo.

A área de abrangência geográfica deste estudo é a Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso. Dentre as macrorregiões de Mato Grosso, a região Sudoeste, é a maior em quantidade de municípios. A população do estudo está composta pelas entidades da administração pública direta da região sudoeste do Estado de Mato Grosso, tendo como representantes do agente (executivo eleito), os prefeitos, secretários de finanças/fazenda, administração, planejamento, juntamente com os contadores e controladores e representando o principal (cidadão), os vereadores. Todas os municípios da Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso foram contactados e dos 330 representantes da relação de agência, agente e principal, que compõem a população deste estudo, houve 231 respondentes, correspondendo a 70%, caracterizada como amostragem por conveniência e não probabilística.

A coleta dos dados para a pesquisa, ocorreu em dois momentos. No primeiro, para caracterização das informações geradas pela contabilidade de gestão, os dados foram coletados por meio de observações direta, em consulta aos relatórios de gestão, disponibilizados na web



por meio dos portais de transparência da parte definida como agente, na administração pública. No segundo momento foi aplicado um questionário estruturado junto ao executivo eleito e o poder legislativo municipal, no período de 10 de junho de 2020 a 18 de julho de 2020.

As questões foram elaboradas em conformidade com a literatura que trata o tema e segmentadas em três blocos: a) relatórios de gestão quanto à estrutura da entidade pública pesquisada; b) divulgação de informações da contabilidade de gestão ao poder legislativo; c) identificação do respondente. Essas informações foram quantificadas e traduzidas em números com base no problema de pesquisa sendo, portanto, uma abordagem quantitativa. Os testes e análises estatísticas foram elaboradas por meio do *Software* IBM SPSS. Na sequência, os resultados são apresentados e discutidos.

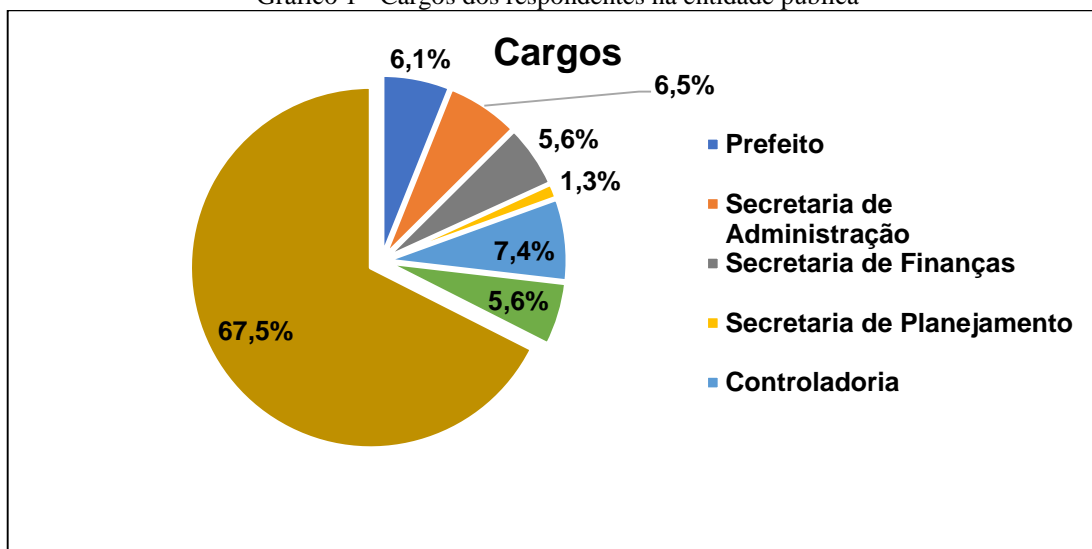
#### 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

##### 4.1 Perfil das entidades públicas e dos respondentes da amostra

Os dados apresentados pelo Gráfico 1 revelam que, dentre o público pesquisado, 67,5% correspondem à participação dos vereadores (principal) no contexto da pesquisa.

No tocante às informações referentes ao tempo de atuação no serviço público, 65,8% está atuando há menos de cinco anos. Essa constatação pode ter relação com o mandato do gestor (quatro anos), e esses serem partes de cargos comissionados (livre nomeação), contratação temporária ou mandato de vereador. Dos respondentes, 61,5% não são funcionários concursados na instituição pesquisada, frente a 38,10% que ingressaram na carreira pública mediante aprovação em concurso público.

Gráfico 1 - Cargos dos respondentes na entidade pública



Fonte: elaborado pelos autores.

Entre os representantes da relação de agência pesquisados nas prefeituras da região sudoeste de Mato Grosso, 59,7% têm o ensino médio completo e 39,8% têm o ensino superior completo. Nota-se um percentual expressivo de pessoas somente com o ensino médio, que pode ser explicado pela não exigência de grau de escolaridade superior, para concorrer a uma função política no setor público. Quanto à formação acadêmica dos respondentes, a grande percentagem 58,4% dos respondentes optaram por não informar. Entretanto, grande quantidade de respondentes, ou seja, 19,9% tem a formação acadêmica no curso de ciências contábeis. Contudo, nem todos estão na função de contador da entidade. Na próxima seção, é realizada a análise descritiva das variáveis da pesquisa.

## 5.2 Análise descritiva das variáveis

As assertivas do Bloco 1 visaram verificar como a estrutura da entidade pública se relacionam com os relatórios de gestão produzidos pela contabilidade. As informações da Tabela 1 expõe os resultados obtidos no Bloco 1 do instrumento de pesquisa deste estudo.

Tabela 1 - Média do grau de concordância das assertivas do Bloco 1

Assertivas	Média	Desvio Padrão
1.19 – Quanto menos informações a sociedade detêm maior será a má conduta dos gestores para com a administração pública.	4,29	,911
1.13 – Quanto mais atuante é o poder legislativo, maior é o desempenho do executivo eleito na administração pública.	4,20	,862
1.7 - O sucesso de um sistema de informações gerenciais depende do pessoal que o alimenta e o faz funcionar.	4,19	1,005
1.20 - A mensuração da eficiência do uso de recursos públicos está relacionada à forma pela qual os recursos são consumidos e controlados.	4,02	,903
1.21 – Os dados disponíveis nos sistemas operacionais são estáveis, não sofrendo variações constantes e podem, portanto, ser considerados confiáveis.	4,01	,795
1.1 – É comum na instituição discussões a respeito dos relatórios produzidos pela contabilidade de gestão com determinada periodicidade.	3,91	,928
1.12 – As informações disponibilizadas nas ferramentas de transparência disponíveis ao público são úteis para a realização do controle social	3,87	,989
1.2 - Os relatórios gerenciais emitidos pela contabilidade de gestão do município atendem às necessidades da gestão.	3,86	,987
1.6 - Relatórios que demonstrem os custos dos bens e serviços ofertados à sociedade, auxiliam o executivo municipal no processo decisório.	3,86	,961
1.15 – Os relatórios gerenciais emitidos pela contabilidade de gestão atendem plenamente às necessidades do poder legislativo.	3,85	,879
1.10 – Existe uma frequência com que as informações são atualizadas por meio das ferramentas de transparência permitindo um adequado acompanhamento da gestão pública.	3,76	,933
1.18 - Solicitações de informações e relatórios adicionais ao setor de contabilidade são prontamente atendidas.	3,75	,885
1.4 - A administração pública tem tomado medidas para garantir a independência dos setores que produzem os relatórios de gestão.	3,74	1,038
1.14 – O poder legislativo está preparado para analisar, interpretar e utilizar os relatórios gerenciais da contabilidade de gestão.	3,74	1,031
1.11 – O formato de apresentação das informações disponibilizadas nas ferramentas de transparência é de fácil compreensão e visualização.	3,73	1,030
1.17 – A suficiência das informações apresentadas está ligada à capacidade de interpretação dos dados pelo usuário.	3,73	,961
1.3 – Há profissionais que conhecem as informações produzidas pela contabilidade de gestão, além dos gestores e elaboradores.	3,72	,974
1.16 – A administração pública estabelece canais de comunicação (por meio da internet, por exemplo) com os atores envolvidos sobre os relatórios de gestão.	3,71	,961
1.5 – Há sistemas operacionais instalados e preparados para a produção dos relatórios da contabilidade de gestão.	3,67	1,029
1.8 - Os gestores públicos estão preparados para interpretar e utilizar novos formatos de relatórios da contabilidade de gestão.	3,60	,999
1.9 - Somente informações financeiras apresentadas em relatórios gerenciais são suficientes para a tomada de decisão.	3,52	1,183

Fonte: elaborada pelos autores.

Para as assertivas do Bloco 1, o alfa de Cronbach, teste de validade, apresentou índice considerado confiável (Alpha=0,917). Observa-se que há muita concordância com relação ao poder que as informações da contabilidade de gestão podem propiciar ao controle social. Isso é significativo quando examinadas as respostas das assertivas 1.7, 1.13 e 1.19 que compõem o Bloco 1, pois apresentaram as maiores médias que as informações da contabilidade se limitando

somente em demonstrar a situação financeira da entidade pública está entre os menores níveis de concordância), comprovando assim, a necessidade da ampliação de informações para dar suporte às tomadas de decisões. Frente a essa situação, chama-se a atenção para o baixo nível de concordância quando se afirma que os gestores públicos estão preparados para interpretar e utilizar novos formatos de relatórios da contabilidade de gestão, na entidade pública, demonstrando a necessidade de qualificação por parte dos gestores.

As assertivas que compõem o Bloco 2, divulgação de informações da contabilidade de gestão, tiveram como objetivo verificar como os respondentes percebem a frequência das divulgações das informações produzidas pela contabilidade de gestão. A Tabela 2 apresenta esses resultados.

Tabela 2 - Média do grau de frequência das assertivas do Bloco 2

<b>Assertivas</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
2.1 - Peças de Planejamento (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA).	4,01	1,030
2.15 - Pareceres prévios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado.	3,86	,958
2.16 - Pareceres dos conselhos municipais.	3,74	1,095
2.18 – Relatório de arrecadação de recursos próprios.	3,63	1,181
2.20 – Demonstrativos de resultados atingidos pelas secretarias municipais.	3,62	1,175
2.17 - Relatórios detalhados de informações contábeis.	3,60	1,031
2.14 – Documentos e informações de acesso público proveniente dos entes públicos são úteis para a realização do controle social.	3,58	1,126
2.12 - Relatórios que auxiliam o controle social.	3,57	1,128
2.19 - Notas explicativas referente aos Balanços.	3,52	1,109
2.5 Informações sobre o comportamento da realização da receita.	3,47	1,173
2.2 - Plano de ações e metas da gestão.	3,44	1,195
2.7 - Relação das empresas fornecedoras de bens e serviços.	3,40	1,177
2.9 - Custos dos processos e atividades da administração pública.	3,39	1,138
2.6 Informações sobre o comportamento da execução da despesa.	3,38	1,250
2.3 – Informações sobre a realização de audiências públicas.	3,36	1,446
2.11 - Relatórios que demonstrem os custos dos bens e serviços ofertados à sociedade.	3,36	1,123
2.13 – Resultados obtidos com a gestão de custos no setor compras e licitações.	3,32	1,337
2.4 – Demonstrativo de participação da sociedade na elaboração das peças de planejamento.	3,27	1,221
2.8 - Relação dos contratos assinados.	3,04	1,479
2.10 - Informações sobre os valores aplicados no mercado financeiro.	3,00	1,369

Fonte: elaborado pelo autor.

Para as assertivas do Bloco 2, o Alfa de Cronbach (0,955), apresentou índice considerado confiável. A análise indica maior frequência de divulgação das peças de planejamento conforme indagados com a assertiva Peças de Planejamento (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) (média 4,01) do Bloco 2 (Tabela 3). Esse procedimento atende a imposição legal do art. 37 da Constituição Federal por meio do princípio da publicidade, no qual é dever de todos os órgãos públicos disponibilizarem dados e informações para a sociedade.

As menores frequências nas divulgações de informações, tem destaque nas assertivas 2.8 e 2.10 (Tabela 3) demonstrando a pouca divulgação dos contratos firmados pela entidade pública, assim como também, as informações referentes aos valores aplicados no mercado financeiro. Neste sentido vale destacar a Lei 12.527 de 2011 – Lei de Acesso à Informação – que veio para contemplar e regulamentar o direito ao acesso à informação a toda e qualquer pessoa. A seguir, apresenta-se a análise fatorial exploratória.

### 5.3 Análise fatorial exploratória

Esta análise foi realizada com o intuito de reduzir o número de variáveis formando fatores a partir das questões originais do questionário aplicado (HAIR JR *et al.*, 2009; HONGYU, 2018). Foi realizada uma análise para cada bloco de questões (Bloco 1 e 2), pelo método de componentes principais para a extração de fatores, e matriz de rotação ortogonal dos fatores – rotação Varimax – fundamentada de acordo com Hair JR. *et al.* (2009).

No Bloco 1, que contempla as informações quanto aos relatórios de gestão em face a estrutura da entidade pública, foram apresentadas questões abrangentes, em relação ao preparo e cuidado que a entidade tem em relação aos relatórios de gestão produzidos. Neste bloco, é adotada uma escala de cinco pontos (1 a 5), relacionado ao grau de concordância aos relatórios produzidos na entidade pública. A medida estatística de adequação da amostragem, o Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de esfericidade de Bartlett foram considerados satisfatórios. Com os dados analisados pode-se considerar que o valor encontrado para a adequação amostral é admirável (KMO = 0,933) (HAIR JR. *et al.*, 2005). No Teste de Esfericidade de Bartlett verificou-se a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade (ou seja, que não há correlação entre as variáveis).

Os valores das comunalidades estão entre 0,324 (variável 1.3) e 0,684 (variável 1.7), sendo esta última demonstrando variação alta em relação às demais, decidindo-se por manter todas as variáveis na análise. As comunalidades indicam a proporção da variância de cada variável testada na análise, sendo assim, explicada por meio dos componentes de extração (SCHAWB, 2007).

A partir da análise da variância total explicada foram mantidos três fatores para a solução da análise (aqueles com autovalores maiores do que 1), que conseguem explicar 50,88% da variância total das 21 variáveis originais. Ou seja, estes fatores mantêm 50,88% da informação das 21 questões originais.

Na análise realizada, a solução rotacionada (Rotação Varimax) demonstraram que o 1º fator passou a explicar 19,31% da variância total (em vez dos 38,3% da solução original não rotacionada), o 2º fator passou a explicar 17,87%, e o 3º fator 13,7%. Portanto, a rotação VARIMAX gerou uma distribuição mais equilibrada entre os fatores, em relação à variância total explicada.

Os fatores extraídos revelaram-se válidos em decorrência das boas cargas fatoriais. As maiores cargas fatoriais foram encontradas na Solução Rotacionada – VARIMAX, na qual, conforme o estudo de Pallant (2007), o tipo de rotação Varimax é o mais usualmente utilizado, pois tem como propósito minimizar a quantidade de variáveis que apresentam cargas altas em cada fator.

Seguindo a análise, no Bloco 2 se buscou averiguar a frequência com a qual são divulgadas as informações da contabilidade de gestão ao poder legislativo e, assim, foram efetuados vários testes. O KMO (KaiserMeyer-Olkin) das assertivas do Bloco 2 demonstraram que o valor encontrado para a adequação amostral é admirável (KMO = 0,955), conforme Hair Júnior *et al.* (2005).

Ressalta-se a não existência de problemas em relação às comunalidades pois não foram notados valores extremos (0-1). Para a variância total explicada, houve a manutenção de três fatores para a solução da análise, com condição de explicar 64,15% da variância total das 21 variáveis originais. Na solução não rotacionada, o quarto fator explica 52,46% da variância, o quinto explica 6,40% e o sexto explica 5,30%. Assim como foi efetuado no Bloco de assertivas 1, para o Bloco de assertivas 2, também foi tomado o cuidado, com o intuito de evitar que algumas variáveis fiquem em posição duvidosa com respeito a qual fator pertencem, dificultando então a sua classificação, de realizar o procedimento da rotação Varimax.

Com o resultado desta análise, a solução rotacionada (rotação Varimax) mostra que o quarto passou a explicar 30,35% da variância total (em vez dos 52,46% da solução original não

rotacionada); o quinto fator passou a explicar 26,83%; e o sexto fator 6,97%. Portanto, a rotação Varimax gerou uma distribuição mais equilibrada entre os fatores, em relação à variância total explicada. Os fatores extraídos do eixo principal se mostraram válidos de acordo com as boas cargas fatoriais. Estes fatores foram compostos em consonância com os dados da solução rotacionada das variáveis do Bloco 2 deste estudo.

Os seis fatores formados por meio das assertivas são similares às questões dos Bloco 1 e 2 do instrumento de pesquisa, confirmando e explicando as relações propostas. Deste modo, os fatores constatados na análise fatorial exploratória foram nomeados seguindo as diretrizes dos blocos do instrumento de pesquisa demonstrado buscando responder à questão de pesquisa e os objetivos propostos conforma apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Nomenclatura dos fatores

Identificação do Fator	Identificação do Bloco	Nomenclatura do Fator
Fator 1	Bloco 1	Uso das Informações
Fator 2	Bloco 1	Atuação do Poder Legislativo
Fator 3	Bloco 1	Confiabilidade das Informações
Fator 4	Bloco 2	Frequência na Divulgação das Informações da CG.
Fator 5	Bloco 2	Informações que auxiliam o controle externo - PL
Fator 6	Bloco 2	Independência do Poder Legislativo

Fonte: elaborado pelo autor.

Os fatores extraídos correspondem ao uso (Fator 1), atuação (Fator 2), confiabilidade (Fator 3), frequência da divulgação (Fator 4), informações auxiliares (Fator 5) e independência (Fator 6). Com aporte na estrutura do instrumento de pesquisa, uma vez que cada item corresponde a um componente de representação da relação de agência no setor público. Com a formação dos fatores pela análise fatorial exploratória realizou-se a análise de regressão linear, exposta na próxima seção.

#### 5.4 Análise de regressão linear

A regressão linear múltipla do Bloco 1, teve como variável dependente fator 1 - Uso das Informações e variáveis independentes os fatores 2 e 3 respectivamente, atuação do poder legislativo e confiabilidade das informações. A equação do modelo de regressão linear utilizada no teste foi a seguinte:

*Uso das Informações*

$$= \beta_0 + \beta_1 \text{Atuação do Poder Legislativo} + \beta_2 \text{Confiabilidade das Informações} + \varepsilon \quad (1)$$

Onde:

$\beta_0$  é a constante do modelo;

$\beta_1$  e  $\beta_2$  são os coeficientes das variáveis independentes “Atuação do Poder Legislativo” e “Confiabilidade das Informações”;

$\varepsilon$  é o termo de erro do modelo.

A Tabela 8 apresenta os resultados dessa regressão, que confirma H1 deste estudo, a qual afirma que o uso de informações da contabilidade de gestão pelo poder legislativo reduz a assimetria de informação em relação ao executivo eleito.

O uso das informações por parte do poder legislativo de uma maneira geral tem papel mitigador da assimetria informacional uma vez que ele contribui para a fiscalização das ações do executivo eleito de forma eficiente e auxílio para a promoção de uma boa gestão (ADAMS; HERMALIN; WEISBACH, 2010; EISENHARDT, 1989).

Tabela 1 - Resultado do Modelo da Regressão Linear  
Resumo do modelo<sup>b</sup>

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,797 <sup>a</sup>	,636	,633	,41893

a. Previsores: (Constante), Bloco 1 - Fator 3 - Confiabilidade das Informações, Bloco 1 - Fator 2 - Atuação do Poder Legislativo

b. Variável dependente: Bloco 1 - Fator 1 - Uso das Informações

Fonte: elaborada pelos autores.

A Tabela 9 (ANOVA) apresenta o teste da significância do modelo. Para as variáveis deste caso, pode-se dizer que as variáveis independentes têm relação significativa no “Fator 1 - Uso das Informações”, reforçando a afirmação da H1.

Tabela 2 - Resultado ANOVA da Regressão Linear  
ANOVA<sup>a</sup>

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Média dos Quadrados	F	Sig.
1					
Regressão	69,908	2	34,954	199,168	,000 <sup>b</sup>
Residual	40,014	228	,175		
Total	109,921	230			

a. Variável dependente: Bloco 1 - Fator 1 - Uso das Informações

b. Previsores: (Constante), Bloco 1 - Fator 3 - Confiabilidade das Informações, Bloco 1 - Fator 2 - Atuação do Poder Legislativo

Fonte: elaborada pelos autores.

Além das informações sobre multicolinearidade, a Tabela 10 “Coeficientes das variáveis”, apresenta os coeficientes da equação de regressão (a constante e os coeficientes das variáveis independentes) com seus respectivos intervalos de confiança e os testes (teste t) para verificar se estes coeficientes são estatisticamente diferentes de zero. Neste caso os coeficientes das variáveis “Fator 2 - Atuação do Poder Legislativo” ( $p < 0,001$ ) e “Fator 3 - Confiabilidade das Informações” ( $p < 0,001$ ) são significantes.

Os coeficientes padronizados (Beta) da regressão indicam a importância relativa das variáveis independentes. Assim, as variáveis independentes com maior influência sobre a variável dependente “Fator 1 - Uso das Informações” em ordem decrescente de importância, são: Fator 2 - Atuação do Poder Legislativo e Fator 3 - Confiabilidade das Informações. Com os dados, verifica-se que a atuação do poder legislativo tem influência positiva na divulgação das informações da contabilidade de gestão por parte do executivo eleito.

A partir dos coeficientes do modelo de regressão linear, apresentados na Tabela 10, conclui-se que o coeficiente do “Fator 2 - Atuação do Poder Legislativo” indica que um aumento de uma unidade no valor desta variável levaria a um aumento de 0,595 unidade no valor do “Fator 1 - Uso das Informações”. Contudo, da mesma forma aconteceria na mesma proporção com o coeficiente da variável “Fator 3 - Confiabilidade das Informações” levaria a um aumento de 0,317 unidade no valor do “Fator 1 - Uso das Informações”.

Tabela 3 - Coeficientes das variáveis

Coeficientes <sup>a</sup>									
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança 95,0% para B		Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Tolerância	VIF
(Constante)	,217	,186		1,169	,244	-,149	,584		
Bloco 1 - Fator 2 - Atuação do Poder Legislativo	,595	,052	,581	11,420	,000	,492	,697	,617	1,620
Bloco 1 - Fator 3 - Confiabilidade das Informações	,317	,055	,295	5,797	,000	,209	,424	,617	1,620

a. Variável dependente: Bloco 1 - Fator 1 - Uso das Informações

Fonte: elaborada pelos autores.

Com o objetivo de obter uma melhor explicação para o modelo proposto, efetuou-se um novo teste de regressão Linear Múltipla para o Bloco 1 com a inclusão da variável independente agente ou principal na equação.

#### Uso das Informações

$$\begin{aligned}
 &= \beta_0 + \beta_1 \text{Atuação do Poder Legislativo} \\
 &+ \beta_2 \text{Confiabilidade das Informações} + \beta_3 \text{Agente ou Principal} \\
 &+ \varepsilon
 \end{aligned}
 \tag{2}$$

Onde:

$\beta_0$  é a constante do modelo;

$\beta_1$ ,  $\beta_2$  e  $\beta_3$  são os coeficientes das variáveis independentes “Atuação do Poder Legislativo”, “Confiabilidade das Informações” e “Agente ou Principal”;

$\varepsilon$  é o termo de erro do modelo.

Neste caso, o  $R^2$  explica que 65,8% das variações no “Fator 1 - Uso das Informações” são relacionadas com as variáveis independentes, também obtendo confirmação da H1.

O teste da ANOVA do modelo demonstrou que as variáveis independentes têm relação com o “Fator 1 - Uso das Informações”.

Tabela 4 - Resultado ANOVA do Modelo Ajustado

ANOVA <sup>a</sup>						
Modelo	Soma dos Quadrados	df	Média dos Quadrados	F	Sig.	
1	Regressão	72,363	3	24,121	145,787	,000 <sup>b</sup>
	Residual	37,558	227	,165		
	Total	109,921	230			

a. Variável dependente: Bloco 1 - Fator 1 - Uso das Informações

b. Previsores: (Constante), Agente e principal, Bloco 1 - Fator 3 - Confiabilidade das Informações, Bloco 1 - Fator 2 - Atuação do Poder Legislativo

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados da Tabela 12 apresentam os coeficientes das variáveis do modelo ajustado e revelam que são estatisticamente significantes. Os coeficientes padronizados indicam a importância relativa das variáveis independentes. Sendo assim, as variáveis independentes com maior influência sobre a variável dependente “Fator 1 - Uso das Informações” em ordem

decrecente de importância, são: Fator 2 - Atuação do Poder Legislativo, Fator 3 - Confiabilidade das Informações e a variável colocada no modelo se é Agente ou principal.

Com base na regressão realizada, é ratificada a confirmação que a atuação do poder legislativo tem relação positiva com a divulgação das informações da contabilidade de gestão por parte do executivo eleito. Isso permite confirmar a H3 neste estudo.

Tabela 5 - Coeficientes das variáveis Ajustado

Coeficientes <sup>a</sup>									
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança 95,0% para B		Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Tolerância	VIF
(Constante)	,225	,181		1,245	,214	-,131	,581		
1 Bloco 1 - Fator 2 - Atuação do Poder Legislativo	,572	,051	,559	11,236	,000	,472	,672	,609	1,642
Bloco 1 - Fator 3 - Confiabilidade das Informações	,318	,053	,296	5,996	,000	,213	,422	,617	1,620
Agente principal <sup>e</sup>	,222	,058	,151	3,852	,000	,109	,336	,980	1,020

a. Variável dependente: Bloco 1 - Fator 1 - Uso das Informações

Fonte: elaborada pelos autores.

Seguindo na análise da regressão linear, são apresentados a partir deste momento os resultados obtidos com os dados do Bloco 2 das assertivas, tendo como variável dependente Fator 1 - Frequência na Divulgação das Informações da CG e variáveis independentes os fatores 2 e 3 respectivamente, Informações que auxiliam o controle externo – PL e Independência do Poder Legislativo. A equação do modelo de regressão linear utilizada neste foi a seguinte:

$$\begin{aligned}
 & \text{Frequência na Divulgação das Informações da CG} \\
 & = \beta_0 + \beta_1 \text{Informações que auxiliam o controle externo} \\
 & + \beta_2 \text{Independência do Poder Legislativo} + \varepsilon
 \end{aligned}
 \tag{3}$$

Onde:

$\beta_0$  é a constante do modelo;

$\beta_1$  e  $\beta_2$  são os coeficientes das variáveis independentes “Informações que auxiliam o controle externo” e “Independência do Poder Legislativo”;

$\varepsilon$  é o termo de erro do modelo.

Os dados da Tabela 13 mostram os resultados dessa regressão, confirmando a H2, na qual se afirma que, quanto maior forem as divulgações das informações da contabilidade de gestão por parte do executivo eleito, menor será a assimetria de informação na relação de agência no setor público.



Tabela 6 - Resultado do Modelo da Regressão Linear Bloco 2

<b>Resumo do modelo<sup>b</sup></b>				
<b>Modelo</b>	<b>R</b>	<b>R quadrado</b>	<b>R quadrado ajustado</b>	<b>Erro padrão da estimativa</b>
1	,838 <sup>a</sup>	,703	,700	,33054

a. Previsores: (Constante), Bloco 2 - Fator 3 - Independência do Poder Legislativo, Bloco 2 - Fator 2 - Informações que auxiliam o controle externo – PL

b. Variável dependente: Bloco 2 - Fator 1 - Frequência na Divulgação das Informações da CG

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados da Tabela 14 (ANOVA) apresentam o teste da significância do modelo. Sendo assim, o resultado mostra que as variáveis independentes se relacionam significativamente com o “Fator 1 - Frequência na Divulgação das Informações da CG”, reforçando também a afirmação da H2 deste estudo.

Tabela 7 - Resultado ANOVA da Regressão Linear do Bloco 2

<b>ANOVA<sup>a</sup></b>						
<b>Modelo</b>	<b>Soma dos Quadrados</b>	<b>df</b>	<b>Média dos Quadrados</b>	<b>F</b>	<b>Sig.</b>	
1	Regressão	58,868	2	29,434	269,406	,000 <sup>b</sup>
	Residual	24,910	228	,109		
	Total	83,778	230			

a. Variável dependente: Bloco 2 - Fator 1 - Frequência na Divulgação das Informações da CG

b. Previsores: (Constante), Bloco 2 - Fator 3 - Independência do Poder Legislativo, Bloco 2 - Fator 2 - Informações que auxiliam o controle externo – PL

Fonte: elaborada pelos autores.

Na Tabela 15, além das informações sobre multicolinearidade, são apresentados os coeficientes da equação de regressão. Os coeficientes padronizados do modelo indicam a importância relativa das variáveis independentes. Assim, as variáveis independentes com maior relação com a variável dependente “Fator 1 - Frequência na Divulgação das Informações da CG” em ordem decrescente de importância, são: Fator 2 - Informações que auxiliam o controle externo – PL; Fator 3 - Independência do Poder Legislativo.

Por meio dos coeficientes do modelo de regressão linear, apresentados na Tabela 15, tem-se as conclusões que o coeficiente da variável “Fator 2 - Informações que auxiliam o controle externo – PL” indica que um aumento de uma unidade no valor desta variável levaria a um aumento de 0,664 unidade no valor do “Fator 1 - Frequência na Divulgação das Informações da CG”.

Para o coeficiente da variável “Fator 3 – Independência do Poder Legislativo”, seguindo a mesma indicação de aumento e redução de uma unidade no valor desta variável levaria a um aumento e redução de 0,109 unidade no valor do “Fator 1 - Frequência na Divulgação das Informações da CG” na mesma proporção.

Tabela 8 - Coeficientes das variáveis do Bloco 2

Coeficientes <sup>a</sup>									
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança 95,0% para B		Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Tolerância	VIF
(Constante)	,937	,137		6,864	,000	,668	1,206		
Bloco 2 - Fator 2	-								
1 Informações que auxiliam o controle externo – PL	,664	,043	,750	15,368	,000	,579	,749	,548	1,825
Bloco 2 - Fator 3	-								
Independência do Poder Legislativo	,109	,043	,124	2,542	,012	,025	,194	,548	1,825

a. Variável dependente: Bloco 2 - Fator 1 - Frequência na Divulgação das Informações da CG

Fonte: elaborada pelo autor.

Buscando ampliar a explicação para o modelo proposto, efetuou-se um novo teste de regressão Linear Múltipla para o Bloco 2 com a inclusão da variável independente Agente (prefeitos, secretários) e principal (vereadores)

Com o teste dos coeficientes das variáveis foi demonstrado que o “Fator 2 - Informações que auxiliam o controle externo – PL” ( $p < 0,001$ ) e “Fator 3 - Independência do Poder Legislativo” ( $p = 0,011$ ) são estatisticamente significantes. Já o coeficiente da variável “Agente ou principal” não é estatisticamente significativo ( $p = 0,643$ ), ou seja, a inclusão desta variável no modelo de Regressão Linear não melhora a explicação da variável dependente “Fator 1 - Frequência na Divulgação das Informações da CG”. Por este motivo não serão feitas novas análises deste modelo (Bloco 2 – Modelo 2 (inclusão da variável independente agente ou principal), ficando apenas com o Modelo 1.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem sua contextualização e base na problemática existente na relação de agência principal-agente, que é um dos objetos da Teoria de Agência e de diversas pesquisas sobre a governança de um modo geral. O estudo teve foco na relação do agente (executivo eleito) com o poder legislativo municipal (principal) sob a proposição da assimetria informacional existente entre os dois lados da relação.

A governança tem origem quando as organizações deixam de ser gestadas por seus proprietários; embora o termo não seja recente, o conceito que atualmente é atribuído foi erguido nas últimas décadas, tendo ponto inicial nas entidades do setor privado. Para as entidades do setor público, a governança, em um sentido amplo, está na relação entre governados (povo) e governantes (políticos eleitos), assim como também está presente nas diversas formas para se governar em todas as esferas. No centro da investigação está a utilização das informações da contabilidade de gestão, para a redução da assimetria informacional com o intuito de mitigar o problema de agência. Este estudo assume que o representante do povo (poder legislativo) bem-informado podem melhor monitorar e fiscalizar os agentes (executivo eleito).

Com base na pesquisa empírica realizada, é possível afirmar que as informações geradas pela contabilidade de gestão tem o papel de governança, e reduzem a assimetria de informação entre gestores eleitos e o legislativo no âmbito municipal.

Os achados são suficientes para entender como as informações e as informações da contabilidade de gestão podem mitigar o conflito de agência existente no setor público, assim como sua utilização pode auxiliar o controle externo exercido pelo poder legislativo, de forma que possibilitou atingir os objetivos específicos.

Conciliando os achados com a divulgação de informações analisadas para alcançar os objetivos, foi possível perceber que as entidades do setor público precisam ampliar as informações da contabilidade de gestão, e não somente divulgar informações para o cumprimento de imposições legais.

Os resultados da pesquisa permitem concluir que as entidades do setor público pesquisadas reconhecem a importância de bem divulgar as informações da contabilidade de gestão e a atuação dos gestores na utilização dessas informações na de tomadas de decisões. Isso se faz importante, uma vez que as entidades e seus gestores necessitam, cada vez mais, de informações sobre as ações que impactam a sociedade em que estão inseridos, resultando em benefícios para toda a municipalidade.

Os resultados apresentados estão restritos a um conjunto de limitações dos métodos praticados. Entende-se que o fenômeno investigado é mais complexo do que o escopo utilizado na pesquisa. Deste modo, destacam-se alguns pontos de limitação, apresentando sugestões para novas pesquisas: a) amostragem: o processo amostral não aleatório baliza a inferência acerca dos dados para a população, limitando os achados a entidades do setor público da amostra; ainda que outras entidades do setor público de outras regiões ou estados que mantenham as relações de agência, podem ter em sua estrutura fatores que apresentem resultados diferentes; b) representação da gestão: a pesquisa adotou como atores representativos do executivo eleito os prefeitos, secretários das pastas fins, controladores e contadores; em futuras pesquisas podem ser ampliada essa representação; c) representação da sociedade: foi definido para este estudo o poder legislativo municipal para esse papel. Em futuras pesquisas sugere-se escolher outras formas de representação, nas quais fique mais claro que a população é a proprietária da entidade pública; e d) governança pública: a mitigação da assimetria informacional e o alinhamento entre agente e principal poderão ser analisados com outras perspectivas como implementação de instrumentos de regulação e controle que garantam uma melhor transparência e distribuições das informações.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Renné B.; HERMALIN, Benjamin E.; WEISBACH, Michael S. The role of boards of directors in corporate governance: a conceptual framework and survey. **Journal of Economic Literature**, [s. l.], v. 48, n. 1, p. 58-107, 2010.
- ANTHONY, Robert N. **Planning and control systems**: framework for analysis. Boston: Harvard University, 1965.
- BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **A moderna sociedade anônima e a propriedade privada**. São Paulo: Abril, 1984.
- BHATTA, G. Post-NPM themes in public sector governance. **Political Science**, New Zeland, sep. 2003. Disponível em: [https://www.ssc.govt.nz/sites/all/files/PostNPM\\_Themes\\_In\\_Public\\_Sector\\_Governance.pdf](https://www.ssc.govt.nz/sites/all/files/PostNPM_Themes_In_Public_Sector_Governance.pdf). Acesso em: 14 jan. 2019.
- BIZERRA, André Luiz Villagelim. **Governança no setor público**: a aderência dos relatórios de gestão do Poder Executivo municipal aos princípios e padrões de boas práticas de governança. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CARENYS, Jordi. Management control systems: a historical perspective. **International Journal of Economy, Management and Social Sciences**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-18, dec. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/>

- 293221830\_Management\_Control\_Systems\_A\_Historical\_Perspective. Acesso em: 10 abr. 2020.
- CHENHALL, Robert H. Management control systems design within its organizational context: findings from contingency-based research and directions for the future. **Accounting, Organizations and Society**, [s. l.], v. 28, n. 2-3, p. 127-168, 2003.
- COSTA, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da *et al.* As escolhas públicas orçamentárias federais no PPA 2008-2011: uma análise da perspectiva do modelo principal-agente. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 1089–1116, 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/12044>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- DANHEL, J. K. problémů asymetrie informací v pojišovníctví (Observations regarding the Issue of Asymmetric Information in Insurance). **Politická Ekonomie**, [s. l.], v. 50, n. 6, p. 809–813, 2002.
- DIAS, Hélio de Lara *et al.* Custos no setor público: a percepção dos controladores de recursos públicos do estado de Santa Catarina. **Revista del Instituto de Costos**, [s. l.], n. 5, p. 1-21, jul./dez. 2009.
- DIEHL, Carlos Alberto. **Controle estratégico de custos: um modelo referencial**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87822/201155.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- DOWNS, Anthony. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.
- EISENHARDT, Kathleen M. Control: organizational and economic approaches. **Management Science**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 134-149, 1985.
- EISENHARDT, Kathleen M. Agency theory: an assessment and review. **Academy of Management Review**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.
- FAMA, Eugene F. Agency problems and the theory of the firm. **Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 88, p. 288-307, 1980.
- FAMA, Eugene F.; JENSEN, Michael C. Separations of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, n. 2, p. 301-325, jun. 1983.
- FONTES FILHO, Joaquim Rubens; FONTES FILHO, Joaquim. Governança organizacional aplicada ao setor público. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., 2003, Cidade do Panamá. **Anais eletrônicos [...]**. Cidade do Panamá: Panamá, 2003. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/228345941\\_Governanca\\_organizacional\\_aplicada\\_ao\\_setor\\_publico](https://www.researchgate.net/publication/228345941_Governanca_organizacional_aplicada_ao_setor_publico). Acesso em: 16 out. 2020.
- HAIR JÚNIOR, Joseph *et al.* **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HAIR JÚNIOR, Joseph *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HATCH, Mary Jo. **Organization theory: modern symbolic and postmodern perspectives**. New York: Oxford University Press, 1997.
- HONGYU, Kuang. Análise Fatorial exploratória: resumo teórico, aplicação e interpretação. **E&S Engineering and Science**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 88-103, 2018.
- HORNGREN, Charles T., DATAR, Srikant M.; RAJAN, Mathew. **Cost accounting: a managerial emphasis**. London: Prentice Hall, 1991.
- JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, [s. l.], v. 3, p. 305-360, 1976.

- KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-761220060003\\_00008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-761220060003_00008). Acesso em: 15 set. 2020.
- MACAGNAN, Cléa Beatriz. **Disclousure de información voluntaria causas y consecuencia de revelar recursos intangibles**. [S. l.]: Entre Meios, 2008.
- MARQUEZAN, Luiz Henrique Figueira. **Divulgação de informações da contabilidade de gestão para conselheiros: análise de seus determinantes e de efeitos sobre o desempenho**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: [http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6106/Luiz%20Henrique%20Figueira%20Marquezan\\_.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6106/Luiz%20Henrique%20Figueira%20Marquezan_.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 mar. 2020.
- MATIAS-PEREIRA, José. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. **REGE Revista de Gestão**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 1-17, 2005.
- NISKANEN, William A. *et al.* **Bureaucracy and public economics**. Cheltenham: Edgar Publishing, 1994.
- PALLANT, J. **SPSS Survival Manual**. Open University Press, 2007.
- PETERS, B. Guy; PIERRE, John. Governance without government? Rethinking public administration. **Journal of Public Administration Research and Theory**, [s. l.], v. 2, n. 8, p. 223-243, 1998.
- ROSS, Stephen A. **The economic theory of agency and the principle of similarity**. Holland: Essays on Economic Behavior under Uncertainty, 1974.
- ROSSETTI, José Pascoal; ANDRADE, Adriana. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2011.
- SATO, Fábio Ricardo Loureiro. A teoria da agência no setor da saúde: o caso do relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 49-62, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122007000100004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000100004). Acesso em: 26 maio 2020.
- SOUZA, Flávia Cruz de; SIQUEIRA, Jean Francisco. A convergência da nova administração pública para governança pública: uma análise dos artigos internacionais e nacionais publicados entre 2000 e 2006. *In*: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE: CONTROLADORIA E CONTABILIDADE EM PROL DO DESENVOLVIMENTO, 7., 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos72007/563.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- SPENCE, Michael; ZECKHAUSER, Richard. Insurance, information and individual action. **American Economic Review**, [s. l.], n. 2, p. 380-387, 1971.
- ZIMMERMANN, Jerold L. The municipal accounting maze: an analysis of political incentives. **Journal of Accounting Research**, [s. l.], v. 5, 107-144, 1977.